

Proposta de Lei n.º 38/XV/1.^a

(Aprova o Orçamento de Estado para 2023)

Proposta de Aditamento

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA apresenta a seguinte proposta de aditamento:

TÍTULO III

Alterações legislativas

Artigo 195.º - A

Alteração à Lei n.º 30/2003, de 22 de agosto, que aprova o modelo de financiamento do serviço público de radiodifusão e de televisão

São alterados os artigos 4.º e 5.º, da Lei n.º 30/2003, de 22 de agosto, que aprova o modelo de financiamento do serviço público de radiodifusão e de televisão, que passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 4.º

Valor e isenções

1 - O valor mensal da contribuição é determinado por despacho dos membros do governo responsáveis pelas áreas das finanças, comunicação social e economia, estando isentos os consumidores cujo consumo anual fique abaixo de 400 kWh, assim como os cidadãos beneficiários de complemento solidário para idosos, de rendimento social de inserção, de subsídio social de desemprego, de abono de família (1º escalão) e de pensão social de invalidez.

2 – [...].

5.º

[...]

1 - A contribuição é liquidada, por substituição tributária, através de empresas fornecedoras de pacotes de serviços de comunicações eletrónicas e cobrada juntamente com o preço relativo ao seu fornecimento.

2 - O valor da contribuição deve ser discriminado de modo autónomo na fatura respeitante a fornecimento de serviços de comunicações eletrónicas.

3 - As empresas fornecedoras de pacotes de serviços de comunicações eletrónicas serão compensadas pelos encargos de liquidação da contribuição através da retenção de um valor fixo por fatura cobrada, a fixar, por meio de despacho conjunto do Ministro das Finanças, do ministro responsável pela área da comunicação social e do Ministro da Economia.

4 – [...].”

Nota Justificativa:

Criada em 2003, através da Lei n.º 30/2003, de 22 de agosto, a Contribuição Audiovisual (correspondente à extinta taxa de radiodifusão) foi concebida com o propósito de financiar a televisão e a rádio públicas, ou seja, a Rádio e Televisão de Portugal (RTP). Refere o referido diploma que esta contribuição: “(...) é liquidada, por substituição tributária, através das empresas distribuidoras de energia elétrica e cobrada juntamente com o preço relativo ao seu fornecimento.”. Isentos deste pagamento estão todos os consumidores cujo consumo anual fique abaixo de 400 kWh, além de que, os consumidores de eletricidade que são beneficiários de complemento solidário para idosos, de rendimento social de inserção, de subsídio social de desemprego, de abono de família (1º escalão) e de pensão social de invalidez tem direito a uma redução do valor pago, que está fixado em 1€ (acrescido de 6% de IVA).

Concedendo que a RTP cumpre, em termos gerais, critérios que vão ao encontro do interesse público e até de interesse nacional, verifica-se, por outro lado, uma série de desconformidades neste âmbito que nos parecem anacrónicas e que por isso urge serem ultrapassadas: quer no que diz respeito à amplitude em que é feita a cobrança da Contribuição Audiovisual, que atinge todos os locais que possuem contratualizado um serviço de fornecimento de eletricidade, sem que exista um usufruto desse serviço; quer no que diz respeito ao desencontro de desígnios entre o serviço que é cobrado e as empresas que efetuam essa cobrança.

Neste âmbito é pertinente notar que através desta metodologia de liquidação existem cidadãos que são duplamente onerados por esta taxa, caso sejam proprietários de mais do que um local com fornecimento de eletricidade.

Por outro lado, é relevante notar que, em 2021, cerca de 4,4 milhões de lares já pagavam para ter acesso a serviços de TV por cabo, ou seja, 89,1% da população portuguesa já paga a operadores privados para ter acesso ao serviço de televisão (dados da ANACOM). Daqui se podendo concluir que no cômputo restante (10%, correspondente a 540 mil lares) estão maioritariamente incluídos os cidadãos isentos ou com redução no pagamento desta contribuição (de acordo com a análise feita pela Pordata, com base em dados do INE, Portugal tinha, em 2020, mais de 1,6 milhões de cidadãos a viver abaixo do limiar de pobreza, incluindo 9,5% da população empregada – número que supera certamente o dos beneficiários de isenção e redução da contribuição audiovisual).

Atenta esta realidade, objetivada: no facto da cobrança da Contribuição Audiovisual ser efetuada por empresas de eletricidade, que fornecem serviços desconexos com a atividade audiovisual; a existência no mercado de empresas que fornecem serviços audiovisuais, nomeadamente de televisão; o facto de quase 90% da população ser servida por televisão por cabo; e o facto de existirem isenções e reduções no pagamento desta contribuição que salvaguardam da sua onerosidade a parte da população mais desfavorecida em termos socioeconómicos, permitindo-lhes o acesso gratuito, ou com preço reduzido, ao serviço público de televisão, o CHEGA entende que a contribuição audiovisual deve passar para as

empresas fornecedoras de pacotes de serviços de comunicações eletrónicas e prevê o alargamento das situações em que existe isenção de pagamento desta contribuição.

Palácio de São Bento, 9 de Novembro de 2022

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes - Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias - Rui
Afonso - Rui Paulo Sousa